A crise de exaustão do capital

EDMILSON CARVALHO,
PROFESSOR DE TEORIA POLÍTICA E DE FUNDAMENTOS DE ECONOMIA POLÍTICA
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR

Não precisamos registrar, numa longa série estatística, as aparições do sol no horizonte, durante todos os dias de nossa existência, para concluirmos que ele sairá de novo, por mera probabilidade, amanhã e durante todos os dias em bilhões de anos futuros, no mesmo horizonte. Basta-nos conhecer a lei da gravitação universal para termos esta certeza. Embora as leis que regem a economia, a sociedade e a história não sejam leis naturais, mas leis *sociais*, da mesma forma não precisamos registrar, numa série estatística, todas as crises cíclicas vividas pelo capitalismo para concluirmos que elas vêm à tona não por mera probabilidade, mas por força de uma lei social.

Como acontece com toda totalidade, o modo de produção capitalista é regulado por um punhado de leis básicas, entre as quais a lei da crise. Uma lei só vige numa totalidade nos limites de existência dessa totalidade. Quando a totalidade entra em processo de exaustão, crise final e ruptura, as suas leis básicas começam a ser atrofiadas ou potenciadas até desaparecerem ou serem negadas, dando lugar a uma outra totalidade com novas leis que a regulam. O fato de que as totalidades sociais possuem leis gerais de regulação não significa que os atos volitivos e conscientes dos seres sociais estejam a elas subordinados num determinismo absurdo. Na verdade, na ausência de leis sociais básicas, ou seja, num caos — este sim, absoluto — a própria existência social seria impossível. Por outro lado, na presença de leis sociais fundamentais, estas leis não passam de ações humanas, portanto subjetivas, que são *objetivadas* pelo processo de trabalho como mediação entre os seres humanos e a Natureza. Assim, as leis sociais se tornam pautas para as ações humanas, pautas

essas que permitem esferas de autonomia relativa com margens variáveis de possibilidades.[1]

A lei da crise capitalista — de início apenas crises cíclicas de superprodução — foi formulada com uma consistência que persiste, no essencial, até os dias atuais, por Marx, na terceira seção do Livro Terceiro de *O Capital*. Numa versão sumaríssima, esta lei pode ser assim representada: por força da expansão persistente da elevação da *composição orgânica do capital*, a *taxa geral (média) de lucro* da economia tende a cair. A queda é temporariamente sustada pela ação de *contra-tendências* disparadas no âmbito do próprio processo de produção capitalista. Porém, quando a eficácia dessas contra-tendências se esgota, por uma combinação de determinações objetivas e subjetivas (luta de classe) aguçadas pelo processo de concentração e distribuição do produto social, a taxa de lucro se precipita para baixo, gerando a *crise de superprodução*. Atingida tal situação, a massa de *mais-trabalho*, agora na forma de *capital-dinheiro*, que não pode ser convertida em *capital produtivo* (o único que cria e reproduz *valor* e a *valorização do valor*), migra para a especulação — que vai dar na crise financeira. Nesse estágio, os dois momentos da crise se ligam, determinam-se mutuamente, formando uma crise mais geral. A crise completa o seu ciclo, até que surja de novo uma recuperação, a qual, pela ação dos mesmos mecanismos e processos, vai dar lugar a uma crise posterior. Deve ser notado que a crise tem sua gênese no *modo de produção*, e não, como pensam muitos teóricos, nas franjas fenomênicas de tal totalidade (como nos movimentos das taxas de juros ou de câmbio, etc.). Por outro lado, autores como Karl Popper, entre outros que negam a existência de leis sociais, jamais lograram explicar porque as crises do capitalismo repetem-se ciclicamente, com certa regularidade. Esses autores não explicam por que meras contingências e ações volitivas precisariam encontrar-se em combinações acompanhadas de certa regularidade.

Se hoje, mais precisamente depois dos anos 1970, a crise deixou de ser meramente cíclica para tornar-se uma crise *sistêmica*[2], *universal* e *es-*

[1] Este tema crucial está sendo desenvolvido num outro trabalho nosso, *Natureza e Sociedade*, em confecção.

[2] Ernest Mandel. *A crise do capital*. São Paulo: Unicamp/ Ensaio, 1990, p. 13, 23, 29.

trutural,[3] como veremos mais adiante neste mesmo escrito, não significa que a estrutura da lei formulada por Marx tenha sido dissolvida, mas sim que as contradições acumuladas pelo capitalismo nas últimas três ou quatro décadas, mudaram a estrutura e a envergadura da própria crise — uma crise, por certo, que se encerra num mais do que provável processo de *exaustão* da produção capitalista mundial. Convém lembrar que exaustão não significa *colapso*, até porque o capital vai cobrar muito caro por este crise. Aliás, já está cobrando.

Das crises cíclicas à crise estrutural do capitalismo

Em seu livro *A crise do capital*, Mandel aponta, desde que se formou o mercado mundial, em 1825, até os anos 1970, 20 crises, sendo 19 delas crises cíclicas parciais (atingindo um ou apenas alguns países de uma só vez) e uma, a de 1974/1975, uma *crise sistêmica*, uma crise *sincronizada* à escala mundial. As 19 crises *cíclicas* mencionadas por Mandel são as dos anos de 1825, 1836, 1847, 1857, 1866, 1873, 1882, 1891, 1900, 1907, 1913, 1921, 1929, 1937, 1949, 1953, 1958, 1961 e 1970. A crise *sincronizada* à escala mundial, ou seja, aquela que atingiu praticamente o mundo todo, é a que tem início nos anos que vão de 1974 a 1975 — que na verdade perdura até hoje, a qual, na análise de Mészáros, é vista como uma *crise estrutural*.

No seriado das crises cíclicas apontadas por Mandel, pode-se observar que os espaçamentos entre os anos de detonação de cada crise e o ano de detonação da crise seguinte foram, respectivamente, de onze, onze, dez, nove, sete, nove, nove, nove, sete, seis, oito, oito, doze, quatro, cinco, três, nove e quatro anos. Nota-se, pois, que, descontando-se as exceções de 1937-1949 (doze anos) e de quatro crises com espaçamentos de nove anos, a tendência geral é a de encurtamento de intervalos entre as crises que se sucederam. Os maiores intervalos foram de onze anos duas vezes, no início, e doze anos entre a iniciada em 1937 e a de 1949. Quanto mais nos aproximamos dos tempos atuais, a tendência geral é, a um só tempo, a de que as crises se disponham à universalidade e mantenham intervalos de menor duração entre si, culminando com intervalos de cinco, quatro e três anos.

[3] István Mészáros. *Para além do capital*. São Paulo: Unicamp/Boitempo , 2002, p. 25.

Se tomarmos a situação de 1974/1975 até os dias de hoje como uma só e longa crise de superprodução, à qual se uniu uma também longa e profunda crise financeira, ou seja, como propõe Mészáros, uma *crise estrutural*, notaremos claramente que o conjunto da produção capitalista mundial não foi capaz de retomar a elevação da taxa média de lucro e nem de absorver a grande margem de capacidade ociosa. Fica então evidente que, no bojo de uma mesma e prolongada crise estrutural da economia capitalista em seu conjunto, houve apenas as baixas recessivas internas de 1974/1975, 1976/1982, 1984/1986, 1988/1990 e de 1997 até hoje, com mini-intervalos de um, dois, dois e sete anos, acompanhadas de minipicos também de apenas um, dois, dois e sete anos de duração. Novamente, com exceção do pico de 1990/1997, os demais *booms* parciais foram aproximadamente de um e dois anos. Isso demonstra claramente que à dita *globalização* segue uma grande crise básica de superprodução, que já dura mais de trinta anos, permeada de recessões e picos internos de curtíssimos prazos.

Passemos agora às comprovações. Os dados aqui utilizados foram tomados de um livro do economista argentino Jorge Beinstein.[4] Referidos dados têm como fonte instituições "acima de quaisquer suspeitas" para os que possam estranhar a gravidade que eles revelam. Provêm, portanto, de instituições como o FMI, o Banco Mundial, a OCDE, a *Business Week* e o US Bureau of Labor Statiscs. A primeira constatação a ser feita é a queda da taxa de crescimento do PIB mundial num espaço de tempo de cerca de trinta anos. Com efeito, durante este intervalo de tempo, o PIB mundial caiu, regularmente, de cerca de 5% em 1970 a um pouco mais de 2% ao ano em 1999. Em torno desta tendência, existem movimentos recessivos e de picos, respectivamente para baixo e para cima da linha que exatamente indica a tendência de queda geral na produção. Cuidemos logo de chamar a atenção do leitor para uma armadilha recorrentemente urdida pelos comentaristas oficiais e da mídia, que tratam das famosas "análises de conjuntura". A essas pessoas apraz isolar lapsos do movimento, afastando-os do contexto geral de queda — por exemplo, o movimento de curto *boom* que vai de 1982 a 1984 —, passando ao leitor a idéia ilusória de que tal ou qual

[4] Jorge Beinstein. *Capitalismo senil. A grande crise da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 105 a 111.

economia estaria "retomando o crescimento", o que não deixa de ser uma farsa quando situamos aquele lapso de tempo na totalidade do movimento, de longo prazo, que vai, no caso, do início da década de 1970 aos dias atuais, que é o movimento de uma só crise estrutural.

O clube dos sete maiores países do mundo, o G-7, encontra-se inserido na mesma crise de longa duração — com cerca de quarenta anos —, o que já nos sugere a idéia não de uma crise cíclica de duração limitada como as antecedentes estudadas por Mandel, mas de uma crise *estrutural* como a compreendem autores como Mészáros, François Chesnais e o próprio Beinstein, entre muitos outros. Aqui, a tendência regular de queda vem de cerca de 6% já em 1960 a algo como 1% em 2001.

A mesma tendência de contração sistemática e persistente do PIB ocorre com a maior economia do planeta, a norte-americana. Neste caso, a linha tendencial de queda registra uma taxa ao redor de 4% em 1960 e outra em torno de 2% em 2000. Constata-se, pois, que o movimento de queda da taxa de crescimento do produto dos Estados Unidos já atinge cerca de quatro décadas — e que o *boom* experimentado pela economia norte-americana entre os anos de 1991 e 1999, o qual vinha sendo dado por ideólogos do capitalismo norte-americano como uma tendência geral e definitiva, não passa de mais um movimento de cerca de oito anos situado num processo da mesma crise sistêmica, sincronizada e estrutural de longa duração.

A situação do Japão é muito mais crítica do que a dos Estados Unidos e do que a do mundo em geral. O PIB japonês desce de cerca de 10% em torno de 1962 para quase -2% em 2000. Se compararmos os três processos de queda do PIB até aqui apresentados, podemos facilmente constatar a sincronização de que falava Mandel. O leitor pode verificar que, não obstante, pequenas variações que respondem por circunstâncias de cada país a estrutura da crise é, no geral, uma só. Pode observar, com efeito, que, nos três casos existem movimentos de ascenso que se assemelham, como os de 1960 a 1970, 1971 a 1981 ou 1982, 1982 a 1988 ou 1990 e o de 1991 a 1999, da mesma maneira que existe uma certa semelhança nos movimentos recessivos que aconteceram entre tais *booms*. Estas semelhanças não se dão obviamente por acaso; antes, são testemunhas das diversas modalidades de regularidades médias inerentes às crises, entendidas como expressões de leis sociais objetivas.

Os gráficos apresentados por Beinstein nos revelam ainda um fato da maior importância, o de que o acúmulo de uma capacidade ociosa na economia dos Estados Unidos já acontece por mais de trinta anos — isso sem contar com a que está sendo acentuada nos mais recentes movimentos de crise da economia norte-americana. Margem ociosa da capacidade industrial instalada de uma economia é sinônimo de superprodução. Este nível de ociosidade, que era de cerca de 8% em 1966, chegou, no ano de 1971, a cerca de 25% da capacidade industrial instalada da economia norte-americana.

Outra tendência definitiva na configuração de uma longa crise de superprodução nos Estados Unidos é a queda persistente das taxas de produtividade do trabalho por cerca de quarenta anos seguidos. Neste caso, a linha de queda nos revela uma taxa de cerca de 3% na ponta de 1960 e de pouco mais de 1% na de 2000. Agora bem, se combinarmos as revelações que esses diversos dados nos fazem, chegaremos à ineludível constatação de que de fato o mundo experimenta uma crise capitalista de longa duração, muito distinta das crises cíclicas anteriores. Movimentos de queda do produto-valor, combinados com aumento da capacidade ociosa da economia e com desaceleração sistemática da produtividade, só podem dar um só resultado: queda da taxa de lucro, que é, ao fim e ao cabo, o que acontece com a economia dos Estados Unidos, mas que está sendo repetido pela maioria das economias capitalistas do mundo e com a economia capitalista mundial *globalizada*. Daí porque o movimento econômico que vem dos finais dos anos 1960, passando pelos anos 1970, até os dias atuais, quando a crise ganha mais corpo e profundidade, não é um movimento composto de várias crises cíclicas de superprodução, mas o de uma única e monumental crise de superprodução que acabou soldando-se com uma também monumental crise financeira para constituir-se numa única, prolongada e universal *crise estrutural*. É, em uma palavra, a totalidade da economia mundial que sofre, por todos esses anos, o caráter de uma única crise de superprodução: queda da produção, do nível de capacidade instalada mobilizada e da taxa de lucro, em cujo vórtice vão sendo esgotados todos os tipos de contra-tendências — dos mais clássicos (como o rebaixamento dos custos dos elementos do capital constante e dos salários) aos mais recentes (como os inusitados socorros políticos dos Estados às referidas economias com ondas sucessivas de incentivos e subsídios, doações e transferências, a vários títulos, de recursos e

elementos de infra-estrutura a grupos capitalistas, a "flexibilização das relações de trabalho", etc.).

No caso dos Estados Unidos, observa-se mais um outro corolário da crise: a queda a longo prazo dos salários reais (que se agrava nesses dois últimos anos), na verdade uma contra-tendência à precipitação da taxa de lucro que, ao lado do desemprego também *estrutural*, já não consegue deter o grave e largo processo de crise sistêmica, universal e estrutural do capitalismo mundial nas últimas três ou quatro décadas.

A especificidade da crise estrutural

Do pós-guerra aos finais da década de 1960 até meados dos anos 1970 a produção capitalista mundial conheceu uma significativa fase de expansão, sem as graves turbulências situadas nos dois mais graves extremos conjunturais do século XX e inícios do século XXI: o dos anos 1929/1930 e o do momento atual. Nesses cerca de trinta anos, a produção capitalista mundial não experimentara ainda a sua primeira crise sistêmica e estrutural e pôde manter entre limites suportáveis as crises cíclicas parciais de 1949, 1953, 1958, 1961 e 1970. Esse processo de expansão, que se mostrou capaz de manter as seis crises citadas sob controle, se deu pela conjunção de algumas condições estruturais, circunstâncias históricas e intervenções políticas gerais.

Sem pretensões de esgotar nos limites deste pequeno estudo um processo composto de causas tão variadas e complexas, podemos, no entanto, apontar aquilo que nos parece constituir o feixe de causas mais fundamentais da tão festejada performance da produção capitalista mundial. De um lado, há a destacar o esforço de reconstrução dos países destroçados pela Segunda Guerra Mundial, centrado no Plano Marshall, sustentado pelos Estados Unidos (praticamente o único país imperialista que saiu ileso de um conflito cujo palco se situava no exterior da economia norte-americana), que desta forma facultou a acumulação, por parte do capitalismo norte-americano, de imensa massa de capital-dinheiro que imediatamente o puseram na dianteira dos investimentos no mundo todo. De outro lado, há um destaque para o fato de que a Segunda Guerra Mundial apagou do mapa mundial as fronteiras coloniais e ofereceu a todos os países imperialistas um espaço livre, contínuo e fluído para a produção e a circulação de capitais e mercadorias

no mundo todo — facilitando um avanço muito maior ao processo de mundialização da ordem do capital. Merece também destaque o concerto fixado em Breton Woods, que, igualmente de longe liderado — na verdade imposto — pelos Estados Unidos alçou o dólar à condição de equivalente dos equivalentes (moeda de circulação universal). Este fato, completado com a criação do FMI (Fundo Monetário Internacional), do Bird (Banco Mundial) e do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), órgãos nominalmente ligados às Nações Unidas, mas de fato sob estrito controle do Estado e dos capitais estadunidenses, acabou por dar forma a uma conjuntura altamente favorável à expansão imperialista, notadamente à dos Estados Unidos. Com efeito, esta "nova ordem" deu aos Estados Unidos a hegemonia sobre os demais países de capitalismo privado. Também não se pode esquecer que a economia capitalista se desenvolvia sobre a base taylorista-fordista de organização da produção e do trabalho,[5] forma essa que implicava uma elevada taxa de mais-valia, a possibilidade de elevação dos salários como conseqüência da lutas empreendidas pelos trabalhadores e a manutenção, dada a particular elevação da composição orgânica do capital e de um regime de trabalho ainda muito parcelado, de um elevado nível de emprego — fatos esses que, combinados com a exploração das ex-colônias e dos demais países atrasados e "emergentes", propiciava à produção capitalista, no interior de cada nação e no plano mundial, um amplo mercado consumidor. Também deve ser levado em conta a ação, até aí de certa forma eficaz, da intervenção keynesiana na economia, o que sem dúvida serviu não para anular, mas para amenizar, temporariamente, as causas e as repercussões das crises de superprodução. Por último, cabe destacar três imbróglios políticos da maior relevância: de um lado, a vitória do nazi-fascismo em importantes países do mundo; de outro, o corolário político do fordismo, isto é, a política de Estado iniciada na Alemanha e logo difundida entre todos os países imperialistas do mundo, a *social-democracia* que, atrelando a si uma já carcomida estrutura e política sindical, tornou-se um fator político de entorpecimento da luta de classes; de outro, agindo no mesmo sentido, a nefasta propagação do stalinismo, a partir da década de 1920, que funcionou como

[5] Thomas Gounet. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

uma droga letal para a luta de classes em praticamente todos os países do mundo — e isso nas suas mais variadas versões.

Porém, as pressões de uma crise de superprodução, até então de certa maneira e em certa medida contidas e postergadas, foram sendo acumuladas, no âmbito dos mecanismos de acumulação de capitais e das pressões sociais dos trabalhadores, durante esse tempo todo, atingindo tal grau que terminaram por vir à tona, de forma decisiva e violenta, nos anos 1960/1970. Esse processo teve início com o esgotamento de duas contra-tendências básicas à queda da taxa de lucro das principais economias capitalistas do mundo: o barateamento do preço dos componentes do capital constante e o rebaixamento dos custos dos elementos do capital variável. A anulação paulatina e cumulativa dessas duas contra-tendências, num contexto de aguda e acelerada concentração do produto social e de centralização do capital, terminou por atingir a taxa de lucro da produção capitalista em praticamente todos os países imperialistas do mundo. O sistema fordista de produção já não podia manter elevada a produtividade do trabalho; portanto, nesse seu trajeto de descenso, também não podia manter baixos os preços dos componentes físicos do capital constante (máquinas, matérias-primas e materiais auxiliares) e nem os do capital variável (os meios de subsistência dos portadores de força de trabalho). Era inevitável que, em tal contexto, a classe capitalista apelasse para a elevação do grau de captura da mais-valia absoluta e, inclusive, para o rebaixamento administrativo dos salários — fatos que levaram os trabalhadores desses países às conhecidas lutas, cujo marco principal (o "Maio Francês" de 1968) permanece vivo na lembrança de todos, contra a deterioração dos salários, das condições de trabalho no âmbito do fordismo, a mistificação social-democrata e, até, em certa medida, contra o próprio capital, de que resultou o esgotamento da segunda contra-tendência à queda da taxa de lucro e, por conseguinte, a eclosão da crise em 1974/1975. Esta crise — sistêmica, prolongada e estrutural, como já foi dito — varreu em definitivo o fordismo como método absoluto de organização do trabalho e da produção, o keynesianismo e a social-democracia. Não foi, como pensam os regulacionistas, o auto-esgotamento do fordismo que causou a crise; ao contrário, foi a eclosão da grande crise de superprodução de 1974/1975 que fez voar aos pedaços o fordismo, o keynesianismo e a social-democracia. De modo semelhante, não foi, logo depois, o neoliberalismo que criou a reestruturação produtiva, mas a

reestruturação produtiva que reclamou a política de Estado neoliberal. O capital iria, a partir daí, dar início a uma fase nova, assentada num novo padrão de organização do trabalho e da produção (a *reestruturação produtiva*) e um novo corolário político (*o neoliberalismo*) — uma fase, que já dura cerca de três a quatro décadas, toda formada de profundas desigualdades, desemprego e instabilidade, turbulências e descontrole sem qualquer perspectiva à vista de recuperação.

Com a crise e o desmonte do tripé fordismo/keynesianismo/social-democracia, o capital necessitava de um novo padrão e de uma nova estratégia de acumulação, que a um só tempo fosse capaz de restaurar elevados índices de produtividade e o crescimento econômico e reduzir e dispersar o exército ativo de trabalhadores. O capital pensava numa saída que lhe trouxesse um novo ciclo de prosperidade e de controle social — algo assim como o propalado "fim da história" —, uma ordem capitalista isenta de crises e capaz de percorrer uma trajetória linear e eterna de crescimento e estabilidade, tudo isso no mais flagrante desrespeito à dialética inerente aos processos históricos e sociais. Nos termos da disposição e da intenção reside, como se verá, a lógica que vai negar estratégias e resultados prometidos e esperados.

A reestruturação produtiva, que fez suas primeiras aparições no Japão entre os anos 1950 e 1970, foi desenvolvida e propagada, a partir daí, na base da informatização e da robotização da produção e, também, logo mais, da circulação, atingindo o comércio, toda a esfera dos serviços e dos meios e sistemas de transportes e comunicações. Esta revolução tecnológica, a mais radical que o capitalismo já pôs em prática em toda a sua existência, elevou a composição orgânica do capital, no intervalo de menos de três décadas, a uma altura jamais vista e, com isso, trouxe de volta, também com uma força radical, os pressupostos de uma crise que se pretendia ultrapassar, mas que veio para permanecer, recorrentemente, como uma crise crônica e estrutural. No conjunto de cada economia, a produtividade não pôde ser mantida num patamar satisfatório nem mesmo nos Estados Unidos, não obstante ter sido muito alta em alguns ramos e setores das economias de diversos países do mundo. Este fato não só mostrou-se incapaz de manter rebaixados os preços dos componentes do capital constante no conjunto de cada economia, como trouxe de volta, com força inusitada, as desigualdades entre os diversos segmentos do capital. Por outro lado, tal revolução, de

tão aguda e abrupta incidência, trouxe também uma outra novidade: transformou o célebre *exército industrial de reserva*, aquela massa de trabalhadores desempregados que evitava a elevação dos salários, em *desemprego (crônico e) estrutural*; uma massa de desocupados tão grande e inusitada que diminuiu drasticamente o exército ativo de fornecedores de mais-valia e o espaço social de realização das mercadorias e, portanto, do valor produzido. Merece atenção nisso tudo o fato de que a substituição acelerada de braços (trabalho vivo) por máquinas (trabalho morto) passou a se dar, em tempo relativamente breve, em condições de desaceleração da produtividade, de que resultou um inevitável impulso a mais na elevação da composição orgânica do capital que voltou a golpear a taxa média de lucro das principais economias capitalistas, inclusive a norte-americana.

Assiste-se, desde então e em conseqüência de todo o exposto, a uma exacerbação da composição orgânica do capital, acompanhada da desaceleração persistente da produtividade, aumento do desemprego, queda dos salários e das pequenas rendas, alargamento da capacidade ociosa de todas as economias do mundo, gerando um profundo e igualmente crônico *gap* entre uma imensa capacidade física da produção e uma insuficiente capacidade de consumo, que jogou as taxas médias de lucro para baixo e fez aparecer a primeira crise *sistêmica* e *estrutural* do capitalismo em toda a sua existência.

A economia dos "países emergentes"

Utilizemos como premissa as seguintes palavras de João Manuel Cardoso de Mello: "Não basta (...) admitir que a industrialização latino-americana é capitalista. É necessário, também, convir que a industrialização capitalista na América Latina é *específica* e que sua especificidade está duplamente determinada: *por seu ponto de partida*, as economias exportadoras capitalistas nacionais, *e por seu momento*, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que chamamos retardatária".[6] Este mesmo fio de análise, guardadas as devidas diferenças no que diz respeito aos específicos modos de produção e respectivas

[6] João Cardoso de Mello. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 98.

formações sociais pré-capitalistas de muitos países outrora chamados de "subdesenvolvidos", é o que nos parece convir para analisar aspectos fundamentais daquilo que, com um indisfarçável eufemismo, hoje se chama de "países emergentes". "Subdesenvolvidos", "periféricos", "atrasados" ou "emergentes", a realidade desses países é uma só: são países nos quais a industrialização capitalista se fez tardiamente, a partir, com variações, do início aos meados do século XX, quando os chamados "países centrais", que passaram pela acumulação primitiva, pela revolução industrial e pelas revoluções políticas, inauguraram e consolidaram o modo de produção capitalista entre os séculos XVI e XIX.

Muitos desses países nem chegaram a industrializar-se, nem conseguiram lograr um estágio que lhes capacitasse o ingresso no semi-seleto rol dos chamados "emergentes"("Tigres Asiáticos", Egito, Iraque, Índia, Brasil, Argentina, México, etc.). Ao invés de "emergirem", naufragaram nas suas tentativas iniciais de industrialização, tragados tanto pelas limitações de seus pontos de partidas — em geral a condição de colônias —, como pelo momento de sua inserção no âmbito da voraz exploração capitalista monopolista mundial, já estabelecida e paramentada pelos seus capitais e pelas suas instituições mundiais (FMI, Bird, etc.). O exemplo mais eloqüente disso está na maioria dos países africanos que foram despedaçados antes de terem podido alçar qualquer vôo no terreno da industrialização capitalista. Outros, como boa parte dos países latino-americanos, permaneceram, em face dos mesmos bloqueios, apenas no umbral, sem ultrapassá-lo, da condição de "emergentes". A escassa industrialização capitalista que alcançaram foi e é, de todo modo, insuficiente. Outros, enfim, lograram atingir a condição de "emergentes", não obstante se depararem com os mesmos bloqueios, a qual, num espaço de cinco a seis décadas, começa a se esgarçar de maneira contundente, como acontece com a Argentina e outras nações de porte semelhante.

As economias desenvolvidas iniciaram seu desenvolvimento entre os séculos XVII e XIX, aumentando sua capacidade produtiva, seu mercado (externo e interno) e seu exército de trabalhadores ativos num movimento à escala mundial. Contaram, já na crise do feudalismo, com uma enorme reserva de portadores de força de trabalho (servos da terra e artesãos) que puderam ser transformados, à base da acumulação primitiva, em trabalhado-

res capazes de operar na manufatura e, logo mais, na fábrica, com a maquinaria e, assim, oferecer as condições para a extração da mais-valia convertível em capital e para constituírem um amplo mercado consumidor interno. Abriram, a partir daí, o movimento da acumulação e do mercado, além de suas fronteiras, num movimento inicial e decisivo de mundialização. Com colônias e mercados externos dominados, os hoje países desenvolvidos terminaram por ocupar os centros vitais do mercado mundial, os quais já se encontravam vigilantemente ocupados quando os "emergentes" — e os que não "emergiram" — tentaram desfrutar desses mercados. Por terem saído na frente é que os hoje desenvolvidos — os países imperialistas — puderam atravessar cerca de três séculos até serem alcançados pela atual crise estrutural.

A situação dos "atrasados", "subdesenvolvidos" ou "emergentes" é bem outra. Não puderam encontrar massa similar de trabalhadores assalariados no espaço interno — por isso, ao invés de procederem a uma acumulação primitiva, tiveram de importar trabalhadores assalariados quando passaram de economias coloniais para economias capitalistas exportadoras.[7] Também não puderam constituir um mercado interno e nem, muito menos, um mercado externo do qual seus excedentes realizados pudessem retornar, na forma de capital-dinheiro, para impulsionar a valorização interna do valor — um processo de acumulação ampliada de capitais no âmbito interno. É o caso das "emergências" embrionárias latino-americanas: "Com o nascimento das economias capitalistas exportadoras, (...), o modo de produção capitalista se torna dominante na América Latina. Porém, o fato decisivo é que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas, o que somente foi possível porque a produção capitalista era exportada. Ou seja, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente, isto é, de dentro das economias latino-americanas, face à ausência das bases materiais de produção de bens de capital e outros meios de produção. Abre-se, portanto, um período de transição para o capitalismo".[8] É, pois, com esta base estreita que os países da América Latina, berço de alguns dos "emer-

[7] "Há *homens*, mas o *mercado de trabalho* está *vazio*, porque os homens, em quantidade superabundante, não podem ser submetidos pelo capital...". João Cardoso de Mello, Op. cit., p. 77.

[8] Idem, p. 96.

gentes" — e dos que não lograram "emergir" — mais importantes e problemáticos do mundo nos dias atuais, foram lançados apenas algumas décadas depois, no processo de industrialização capitalista.

Essas economias, ao se industrializarem escassa e tardiamente, esbarraram num restrito mercado interno e numa acentuada desigualdade na distribuição sócio-espacial das condições materiais e sociais de uma acumulação industrial capitalista, herança das fases anteriores, desde a colonial e, também, num mercado externo, no qual teriam de despejar seus excedentes industriais, todo ocupado. Por outro lado, por terem tentado industrializar-se tardiamente, por volta do primeiro quartel até meados do século XX, já encontraram pronta a tecnologia de ponta com os países desenvolvidos, o que as obrigou a produzir, em média, a níveis de produtividade muito mais baixos, nas referidas condições de um mercado mundial ocupado e do qual só lograram ocupar as franjas. Some-se a tudo isso o fato de possuírem uma massa de trabalhadores diminuta e mal paga, agravada por conta de elevadas taxas de mais-valia, uma vez que já foram assaltadas de vez, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, por grandes capitais monopolistas. Desta maneira, os países que se industrializaram tardiamente tinham reunido contra si, com seu modo de industrialização, todos os pressupostos para uma situação crônica de capacidade ociosa. Mais atrás afirmávamos que, por terem saído na frente, os paises avançados puderam atravessar cerca de dois a três séculos para se envolverem numa crise estrutural. Agora, é preciso completar: por terem saído muito atrás — e nas condições descritas — é que os países de industrialização tardia foram envolvidos pela crise sistêmica e estrutural depois de apenas algumas décadas de industrialização capitalista. Com efeito, enquanto que, no caso dos primeiros, como nos foi revelado por Ernest Mandel, aqueles países puderam conhecer cerca de vinte crises cíclicas e uma crise estrutural, os segundos, dado o curto espaço de tempo de sua industrialização, experimentaram poucas crises cíclicas e uma crise estrutural de superprodução. O Brasil, por exemplo, só conheceu duas grandes crises de porte: a cíclica de 1962/1967 e a estrutural das últimas décadas.

Este patamar básico facilitou crises de superprodução mais desastrosas nos "emergentes" e nos "atrasados" em geral do que nos países desenvolvidos — do que resultou num amplo processo de sucateamento e desindustrialização, acompanhado das taxas de desemprego e de miséria

mais elevadas do mundo. Como já foi dito, o Brasil conheceu apenas duas crises de superprodução dignas deste nome: a de 1962/1967, ainda na fase fordista-populista, e a de 1973/1974, já no umbral da reestruturação produtiva. Da primeira escapou entrando na fase do Milagre, com altas taxas de lucro, de investimentos e do PIB; da segunda não logrou escapar. No caso da Argentina, industrialmente menor, o desabamento foi, por enquanto, maior.

As mistificações ideológicas da economia política atual

Os problemas históricos e estruturais de fundo atrás ressaltados, que se situam no âmbito das leis mais gerais que regulam — ou que começam a desregular — o modo de produção capitalista, assim como os que resultam do modo como nações e grupos capitalistas se articulam de forma muito desigual no mundo, constituem um dado inamovível para os economistas oficiais — isto é, para aqueles que, como ministros, chefes de bancos centrais, etc., têm obrigação de manejar variáveis macro-econômicas e, portanto, de por em prática, políticas econômicas factíveis. Por não poderem ultrapassar problemas estruturais, atacam o unicamente possível — e, aqui, o possível representa muito pouco, na verdade quase nada diante do volume dos problemas sociais que crescem numa escalada vertiginosa. Esta inamovibilidade, que constitui um dado para os economistas governamentais, ecoa nas concepções teóricas e nas produções intelectuais da maior parte do mundo acadêmico. Eis porque economistas oficiais e a maior parte dos intelectuais acadêmicos se vêem forçados a escapulir do terreno científico para se abrigarem na esfera da ideologia, ou por outra, por que eles são ideologicamente impelidos a fugir dos problemas essenciais para perseguirem aspectos econômicos e financeiros que se situam na esfera fenomênica dos movimentos da produção capitalista.

Para exemplificar, esses dirigentes de Estado e intelectuais, impossibilitados de atacar as mais profundas causas da falta de competitividade das economias "atrasadas" e "emergentes", lançam-se no terreno dos paliativos ou das "meias-soluções", como alterar a taxa de câmbio — com desvalorização das moedas nacionais em relação ao dólar —, medida administrativamente possível, para facilitar as exportações ou, como eles mesmos dizem,

"aumentar o grau de competitividade do setor exportador". Da mesma forma, como não podem alterar a produtividade do "setor exportador" e, simultaneamente, invadir mercados mundiais ocupados para aumentar as receitas do "setor externo", apelam para o unicamente factível, no caso, administrar a emissão e a colocação de títulos no mercado mundial para obtenção de dólares que possam colmatar os rombos das contas externas com dinheiro volátil e que termina por engrossar as já asfixiantes dívidas externas. Como, em face da crise — que é também, para eles, um dado inamovível —, em condições e circunstâncias de queda da arrecadação, por conta da retração econômica e do desemprego estrutural, não podem aumentar as receitas do "setor público" com elevação ou manutenção de ritmos da produção e do emprego, apelam para a "reposição" das respectivas receitas pela via do endividamento interno, do "enxugamento" dos gastos governamentais com pessoal, cortes nos programas sociais, e assim por diante. E aí aparecem "teóricos", como o professor de macroeconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fernando Cardim, com jóias "teóricas" como esta: *"o principal motor da atual crise brasileira não é o medo dos investidores estrangeiros, mas a fuga de capitais de brasileiros para o dólar"*.[9] E aí, todos nós passamos a ficar sabendo, pela palavra do eminente professor — e de muitos de seus confrades —, que "o principal motor da crise", no caso a brasileira, não é a queda sistemática da taxa de lucro da economia, mas *"a fuga de capitais brasileiros para o dólar"*. É assim que se faz a "ciência" entre os ideólogos.

Por tudo isto é que se torna imperativo afirmar, retomando uma leitura científica dos fatos econômicos, sociais e políticos, que o problema central de todas as economias — aqui incluídas as das nações desenvolvidas — não se coloca na esfera da taxa de câmbio ou de juros, no crédito, no manejo de superávits primários, nos controle de gastos, etc. — ou seja, não reside na superfície da atividade econômica. Esses movimentos são, em boa dialética, movimentos de superfície e indicam deslocamentos fenomênicos da essência ou núcleo da economia, onde se situam as determinações mais primárias e profundas da produção e reprodução capitalista e, também, da sua crise.

[9]Fernando Cardim. *Folha de S. Paulo*, 23 jun. de 2002, p. B-4.

Como conseqüência deste deslocamento das idéias do campo da ciência para o da ideologia, um outro e particular deslocamento também se opera: "fundamentos da economia" já não são mais determinações que se situam no âmbito das leis mais gerais e fundantes do modo de produção capitalista na sua imbricação sistêmica e na sua crise estrutural mundial, mas apenas as determinações de superfície da ordem do capital. "Fundamentos" podem ser, agora, uma mera e passageira reposição de receitas provenientes de mais um empréstimo do FMI, uma taxa de juros considerada razoável, um superávit primário adequadamente maior, uma taxa de câmbio mais flexível, e assim por diante — ou seja, "fundamentos" são apenas resultados de decisões administrativas possíveis, que amiúde trazem consigo pesados efeitos (sociais) colaterais, ainda que a longo prazo esses "fundamentos" necessariamente fenomênicos estejam a ser corroídos *pelos verdadeiros fundamentos da produção capitalista em seu conjunto*. Portanto, só a partir dessas referências maiores, mais profundas, mais estruturais e sempre interligadas é que se pode compreender a trama já viciada de lances recorrentes com os quais jogam as análises e políticas econômicas oficiais e acadêmicas em geral. Destarte, e como se pode constatar, o tabuleiro do xadrez oficial e acadêmico se caracteriza por um rol de jogadas limitadas e recorrentes, no meio das quais muito pouco — praticamente nenhum — espaço existe para a autonomia e a criatividade em termos de política econômica. É que, como se disse mais atrás, todas estas situações, bem como tais medidas recorrentes, encontram-se ancoradas nas leis e na maneira como, a partir de uma tal lógica depressiva, o modo de acumulação, em evidente processo de exaustão — controladas por pesados bombardeios dos capitais monopolistas mundiais — entra em estado de involução.

O cerne da ideologia oficial, que contagia a maior parte do mundo acadêmico — contágio que também não se dá por acaso, mas por meio das pós-graduações mantidas ou referendadas pelas hostes oficiais —, reside no isolamento da esfera fenomênica, que vai receber receituário em separado, sem as devidas conexões com o leito remoto e profundo das determinações maiores e de essência da produção capitalista.

Um exemplo de apartação ou cisão operada entre o essencial e o fenomênico é a maneira usual, entre eles, de ver a crise. Quase nunca a crise financeira está conectada à crise básica de superprodução; na maioria

absoluta dos casos, a crise financeira é dada como causa de si mesma — como algo que paira solta no espaço econômico e social. A crise geral é duplamente mistificada: uma vez, ao ser compreendida e explicada como tendo um caráter puramente financeiro — podendo, portanto, ser supostamente resolvida mediante medidas de caráter meramente administrativo nas esferas financeira, fiscal, cambial, tributária, etc.; outra vez, ao se ocultar o fato de que a financeirização da economia, seguida de toda ordem de problemas daí resultantes, não é mais do que reflexo da impossibilidade da volta do capital-dinheiro, nas condições de uma crise de superprodução, ao circuito produtivo depois de ter rotado no percurso do processo de circulação do capital — capital-dinheiro este que, não voltando, total ou parcialmente, ao processo de valorização do valor, vai abrigar-se no mundo do capital fictício, agora hiper-potenciado.

Até que os economistas, intelectuais e políticos oficiais e da maior parte do mundo acadêmico nos dêem uma explicação convincente de suas diversas modalidades de aporias, as quais tentamos expor neste escrito (ainda que necessariamente sumário), temos todo o direito, de, no mínimo, desconfiar de seus castelos ideológicos. Até que nos provem que não se trata de meras contradições inseridas num amplo contexto meramente ideológico, temos todo o direito de supor que suas concepções não pretendem ultrapassar, mas apenas administrar, a grande crise estrutural, assemelhada ao ciclope Polifemo, com todas as suas crias a se reproduzirem à escala mundial.